

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E EVASÃO ESCOLAR: O IMPACTO DA CISNORMATIVIDADE NA VIDA DE ADOLESCENTES TRANSGÊNERO

Evanize Pereira da Silva ¹
Fernando Ítalo Silva Brito ²
Thaís Fontenelle Bezerra ³
Priscila Ribeiro Jeronimo Diniz ⁴

RESUMO

Pierre Bourdieu versa a respeito da biologização social, que consiste na naturalização de determinados comportamentos socialmente construídos de acordo com o gênero biológico. Por conseguinte, há uma parcela da sociedade que não se identifica com as imposições sociais que lhe foram designadas ao nascer, identificando-se com o gênero oposto, ou com o neutro, assim, desviando dos padrões cisnormativos e sofrendo opressões por isso. Diante disso, tem como objetivo geral: Analisar os desafios da inclusão de adolescentes transgênero na educação básica. E como objetivos específicos foram definidos: Apontar as violências e violações de direitos sofridas por esses sujeitos, elencando os diferentes tipos de violência; Identificar como as escolas exercem o biopoder sobre os corpos de adolescentes transgênero, visando salientar o controle, regulação e normatização de corpos e identidades pela instituição educacional; e Destacar os dados levantados em pesquisas anteriores sobre a evasão escolar de adolescentes transgênero, fornecendo uma base empírica para análise. Portanto, para a elaboração do estudo, utilizou-se pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e caráter descritivo, utilizando bases de dados como o Scientific Library Online (SciELO) e Google acadêmico para a seleção dos artigos estudados por meio dos descritores: “Adolescentes”, “Transgênero”, “Escolas”, “Biopoder”, “Violências”, “Evasão Escolar”. Em baile, esclarece-se a questão do gênero e transexualidade pela visão de Butler e Scott, trazendo um paralelo para a relação de gênero e transexualidade, e é feita uma análise do biopoder nas escolas para adentrarmos na análise de como esses fatores contribuem direta e indiretamente à problemática abordada. Conclui-se, a partir disso, a maneira com que os padrões sociais patriarcais formalizam, através de seus costumes cisheteronormativos, a exclusão da população transgênero dos ambientes sociais, destacando o problema de evasão e abandono escolar.

Palavras-chave: Transgênero, Adolescentes Trans, Educação, Evasão Escolar, Cisheteronormatividade.

¹Graduanda pelo Curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso - UniFAP, evanizes@aluno.fapce.edu.br.

²Graduando do Curso de Direito do Centro Universitário Paraíso - UniFAP, fernandoitaloo@aluno.fapce.edu.br.

³Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso - UniFAP, thaisfontenelle@aluno.fapce.edu.br.

⁴Doutora em Ciências das Religiões (PPGCR) pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Docente do Centro Universitário Paraíso - UniFAP dos Cursos de Direito e Psicologia; E-mail: priscila.ribeiro@fapce.edu.br.

INTRODUÇÃO

É fato que, em nossa sociedade, a construção social em torno do gênero se faz de acordo com o sexo biológico, ou seja, a educação de pessoas com determinado gênero é efetivada de maneira diferenciada, com o fito de salientar os aspectos da masculinidade e feminilidade em corpos que são socialmente feminilizados e masculinizados. Bourdieu (2022), introduz o conceito de “biologização do social” ao descrever a naturalização de comportamentos atribuídos a determinados corpos, como se fossem inerentes à existência, em vez de serem produtos do processo de socialização.

Sartre (1987, p. 18), dentro da corrente existencialista, afirma que “a existência precede a essência”, ou seja, existimos antes de sermos algo, todavia, a corrente que acredita na biologização do social, segue um viés determinista ao afirmar que determinados aspectos socialmente condizentes a um gênero são naturais, associando gostos e comportamentos ao gênero biológico desde o nascimento.

A naturalização de comportamentos socialmente construídos resulta na exclusão e discriminação daqueles que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento, como as pessoas transgênero, que enfrentam transfobia pela sua existência. Essas pessoas são chamadas de transgênero, e o ato de não aceitação e prática de atos violentos contra esses sujeitos chama-se transfobia. Assim, são denominadas pessoas transgênero aquelas que não se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascer (Jesus, 2012).

É válido lembrar também que o termo é chamado de “guarda-chuva”, visto que abarca outras identidades de gênero que não estão dentro do padrão cisgênero — pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento (Jesus, 2012) — assim, transgêneros, ou transexuais, são pessoas que se identificam como travestis, não-binários, gênero fluido, bigênero e agêneros, por exemplo. A não binaridade é uma identidade que foge aos gêneros binários — masculino e feminino. Os gênero fluido são pessoas que transitam entre identidades de gênero, enquanto os bigênero são pessoas que se reconhecem em dois gêneros, seja simultaneamente, ou alternando com o tempo. Já os agêneros não se reconhecem em gênero algum, seja de maneira completa ou parcial (LGBT Spacey, 2024)

Entretanto, por mais diversa que é a comunidade trans, o recorte de gênero ainda se faz presente, trazendo consequências mais agressivas contra as mulheres trans.

Amorim *et al.*, (2021, p. 2) afirma: "o feminino [é] visto como inferior dentro desse espectro, mulheres trans e travestis são constantemente vítimas de violência e exclusão", ou seja, essas são mulheres que nasceram com o gênero biológico masculino, e se identificam com o gênero feminino e sofrem diversas opressões na sociedade, presenciando variadas violações de direitos, dentre elas, o medo de frequentar banheiros públicos.

A imposição da masculinidade viril nos meninos e homens persiste no processo de autodescoberta das mulheres trans, gerando desaprovação e marginalizando-as nos mais diversos setores da sociedade, desde as relações familiares, que muitas vezes são afetadas em prol da transfobia por parte da família, até as escolas. Enquanto Bourdieu aborda a naturalização de comportamentos sociais, Butler (2015) expande essa discussão ao tratar da exigência de uma performatividade normativa, sobretudo nas escolas, o que contribui para a exclusão de identidades transgênero, além de debater sobre a violência ética, comum em instituições escolares, que consiste no silenciamento em massa dos sujeitos LGBTQIAPN+, em prol da política e moral vigentes nas instituições.

Segundo Torres *et al.* (2020), a violência ética atua em favor da LGBTIfobia, produzindo o silenciamento dos sujeitos que não estão dentro dos parâmetros de cisheteronormatividade, e suas vozes são caladas por coações emocionais, desprezo coletivo, ameaças, que podem se concretizar em violências, e a falta de espaço para expressão no ambiente escolar, que acabam proporcionando a evasão desses jovens do ambiente educacional que lhes é direito.

De acordo com a Constituição Federal (1988), em seu artigo 205 nos garante que: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."(Brasil, 1988). Contudo, esse direito encontra-se violado quando falamos de pessoas transgênero, que sofrem diversos tipos de violência, incluindo violências socialmente aceitas pela comunidade.

Diante disso, o seguinte trabalho possui como questão norteadora: Por que as taxas de evasão escolar entre pessoas transgênero permanecem tão elevadas, mesmo diante do direito constitucional à educação?

O objetivo principal é: Analisar os desafios da inclusão das pessoas trans no âmbito educacional, e objetivos específicos: Salientar as violências e violações de

direitos que esses sujeitos passam em instituições escolares; Identificar o exercício do biopoder nas instituições escolares; e Destacar os dados levantados em pesquisas anteriores sobre a evasão escolar de adolescentes transgênero, fornecendo uma base empírica para análise.

METODOLOGIA

Este estudo segue uma abordagem qualitativa, cujo objetivo é compreender os impactos da cisnormatividade nas escolas e como eles influenciam a evasão escolar de adolescentes transgênero. Para a coleta de dados, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, com foco em trabalhos já existentes, a fim de gerar novos conhecimentos a partir da análise e associação de estudos anteriores (Gil, 2002). Além disso, foi utilizada a pesquisa documental, utilizando dados provenientes de pesquisas oficiais e leis pertinentes ao tema, como forma de explorar as políticas públicas e as práticas educacionais voltadas à população transgênero.

A pesquisa possui uma tipologia descritiva, com o intuito de descrever as características e fenômenos (Gil, 2002) relacionados à população transgênero no contexto educacional, estabelecendo uma relação entre as variáveis como cisnormatividade, violência escolar e evasão escolar. Os artigos científicos foram selecionados na plataforma do Google Acadêmico, utilizando como descritores as palavras-chave: "transgênero", "transexualidade", "evasão escolar", "adolescência" e "transfobia", combinadas de diferentes maneiras. Foram priorizados estudos publicados nos últimos cinco anos, a fim de garantir a atualidade das informações e acompanhar as mudanças no cenário educacional e nas discussões sobre diversidade de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Gênero e sexualidade: Conceituações Preliminares

A priori, traçar definições básicas sobre a transexualidade é essencial para se compreender a profundidade dessa problemática e seus impactos não apenas no bem-estar das pessoas transgênero, como também em sua socialização. Ao discutir a conceituação de gênero, observa-se que este está diretamente ligado à existência plena dos indivíduos em sociedade.

De acordo com Scott (1994, p. 13), gênero pode ser definido da seguinte forma:

[...] tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental 115 entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder.

Dessa forma, a partir dessa conceituação, pode-se afirmar que o gênero está relacionado a questões histórico-sociais, moldando os padrões comportamentais entre homens e mulheres na sociedade. Esses padrões estão também diretamente ligados às hierarquias impostas, que determinam os papéis sociais e os espaços que esses indivíduos ocupam.

Com isso, é válido destacar que todas as construções sociais permeiam e influenciam os padrões de gênero. Oakley (2016) observa que "não há duas culturas sequer que concordariam completamente no que distingue um gênero do outro" (Idem, 2016, p. 65), o que demonstra a diversidade de construções culturais relacionadas ao gênero, de acordo com a formação, os costumes e as crenças de cada sociedade. Também compactua desta linha de pensamento a pensadora Simone de Beauvoir, que tem marcada sua máxima: "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher" (Beauvoir, 1960b, p. 9). A partir dessa premissa, entende-se que os papéis de gênero são socialmente construídos e que a sociedade estabelece comportamentos esperados, os quais são idealizados e frequentemente reforçados culturalmente.

Todavia, embora esses comportamentos sejam culturalmente impostos e perpetuados ao longo do tempo, é comum que existam pessoas que não se encaixam nesses moldes. A partir disso, gera-se debates acerca da sexualidade, gênero e suas diversas formas de manifestação, a partir de fatores relacionados à orientação sexual e diversidade de gênero. O que vão de afronte diretamente com os padrões sociais costumeiros, baseados, principalmente, nos ideais de heteronormatividade e patriarcado.

Além disso, Butler (2017) discorre, desta maneira, que existe um determinado tipo de punição, ou penalização para as pessoas que divergem do padrão que é esperado a ser seguido:

Assim, o gênero é uma construção que normalmente oculta sua gênese; o acordo coletivo tácito de exercer, produzir e sustentar gêneros distintos e polarizados como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade dessas produções—e pelas punições que penalizam a recusa a acreditar neles; a construção “obriga” nossa crença em sua necessidade e naturalidade (p. 241).

O que pode ser notado, através disso, que há uma tentativa de apagamento e invalidação da personalidade, manifestação de sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero, fatores que corroboram para que estas pessoas não sejam aceitas socialmente e sejam privadas de sua plena expressão de suas individualidades. O resultado disto é claro, torna-se, muitas vezes, incomum que estes indivíduos possam ocupar plenamente lugares de destaque na sociedade, haja vista que, sendo vítimas constantes desta tentativa de apagamento, dificulta diretamente na sua aceitação nos locais em que convivem.

Cannone (2019), aponta a intersecção entre os conceitos de gênero e sexualidade, a partir do pressuposto da sua importância para o pleno funcionamento da sociedade:

Dito isto, gênero e sexualidade têm certamente pontos em comum. São ambos políticos e envolvem relações de poder, inferiorização de uns em detrimento do privilégio de outros. São campos de luta, consensos, disputas e resistência. São esferas complexas, plurais, que demandam estudos comprometidos com a transformação social (p.23)

Dessarte, a partir do exposto, nota-se a importância e relevância dos estudos que busquem não só a compreensão, acerca de sua pluralidade e as questões sociais que os envolvem, mas também, a busca e implementação de políticas que busquem a cessação da tentativa de dissipação da participação plena das pessoas na sociedade. A fim de que os indivíduos possam, de fato, manifestarem-se em sua identidade de forma natural e com liberdade, e possam integrar quaisquer que sejam os espaços sem que haja impedimentos que se relacionem direta ou indiretamente com sua orientação sexual ou identidade de gênero.

3.2 Foucault e o Biopoder: Influências na educação

O biopoder de Foucault pode ser aplicado na instituição escolar de várias maneiras, tendo como principais exemplos a regulação do corpo dos alunos, no qual Foucault refere-se ao controle do corpo humano e da vida dos indivíduos (Furtado e Camilo, 2016). Na instituição escolar, isso pode ser observado na regulação dos corpos dos alunos através de práticas disciplinares, como uniformes, horários rígidos, e proibições de comportamentos e vestimentas específicas. Desse modo, pode-se observar que essa coação nas regras disciplinares da instituição deixam à margem os indivíduos que não se identificam com os padrões adotados pela sociedade, ocasionando assim problemáticas na inclusão.

Ademais, a vigilância e controle dos alunos, é um dos pontos o qual o biopoder interfere diretamente na relação dos discentes e docentes, haja vista que as escolas são frequentemente caracterizadas por uma hierarquia de autoridade na qual os professores e funcionários têm a responsabilidade de supervisionar os alunos (Furtado e Camilo, 2016). A vigilância constante dos alunos representa uma implementação do biopoder, visto que esta prática serve para disciplinar seus comportamentos e regular seu desenvolvimento, ao qual o que desvia dos padrões cisheteronormativos, são vítimas dos mais diversos tipos de violência em ambiente escolar.

Ressalta-se que os impactos dessa teoria afetam a formação de subjetividades disciplinares, pois o biopoder também se refere ao processo de moldar a subjetividade e identidade dos indivíduos, tornando-os disciplinados e dóceis (Veiga-Neto e Branco, 2011). Instituições escolares utilizam métodos de ensino e disciplina que acabam por influenciar a maneira pela qual os alunos vêem o mundo. Através dessa perspectiva, a escola se torna um local onde as identidades disciplinares são formadas.

Todas essas práticas na escola fazem parte do biopoder da sociedade contemporânea, como Foucault (1979) argumenta, e podem ser úteis para analisar os comportamentos, políticas e práticas disciplinares na educação. Sobretudo, em relação aos comportamentos das pessoas que escapam do padrão cisheteronormativos impostos por meio dessas instituições, observa-se que a identidade de gênero destes indivíduos são reprimidas por consequência dos parâmetros sociais.

Por fim, verifica-se que o biopoder em sua anátoma-política busca extrair dos corpos humanos um padrão estereotipado e aceito pela sociedade, com isso, o reflexo da interação das pessoas trans nas instituições escolares torna-se um experiência cruel e anormal. O controle dos espaços pela escola dificulta o acesso desse grupo à instituição, propagando violências socialmente aceitas por conta das imposições de modelo de vida e de condutas heteronormativas, que marginalizam representações transgênero.

3.3 Violência Escolar e seus Efeitos na Evasão de Adolescentes Transgênero

De acordo com o Relatório anual da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil), o Brasil é o país que mais assassinou pessoas trans pelo 15º ano consecutivo (Benevides, 2023). Essa violência se inicia desde as relações familiares, até o âmbito escolar, o qual se torna nocivo à existência dessas pessoas, visto que, segundo Blanc (2022) através de uma pesquisa realizada em 2017, 82% das pessoas trans deixam o ensino médio entre 14 e 18 anos.

Como analisado anteriormente, as escolas mostram-se hostis em relação à população transgênero, e é válido salientar uma barreira formal que o município de Juazeiro do Norte, no estado do Ceará, que possui uma Lei municipal que veda a utilização de “ideologia de gênero” nas escolas de ensino público de educação infantil e fundamental.

A Secretaria Municipal de Educação e as escolas públicas municipais de Ensino Infantil e ou Fundamental, ficam vedadas de desenvolverem políticas de ensino e ou atividade curricular, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, a aplicar a ideologia de gênero (Juazeiro do Norte (CE), 2018, s.p).

Portanto, como abrir espaço para pessoas transgênero em ambientes escolares quando sequer a pauta de gênero pode ser debatida? Como esperar aceitação e respeito de outros alunos e funcionários se se ao menos é permitido ensinar sobre gênero nas escolas? A violência perpassa as mais diversas camadas, e acabam resultando na evasão escolar. Os aspectos conservadores na educação brasileira geram diversas “*fake news*”, acompanhadas com a ideia de que estar fora dos padrões cisheteronormativos se configura em um desvio, que pode ser impedido ou corrigido caso não haja influências errôneas sobre os jovens. Um exemplo disso, citado no Dossiê: assassinatos e violências contra transexuais e travestis brasileiras em 2022:

Vereador da cidade Belo Horizonte (BH), capital do estado de Minas Gerais, divulgou nas redes sociais imagens de uma adolescente trans menor de idade dentro do banheiro feminino de uma escola da capital mineira, junto com um forte discurso de ódio. O parlamentar extremista, ao ser atacado nas redes pela publicação ilegal em que expõe uma menor num local íntimo, afirmou que as cenas foram gravadas por sua irmã, de 16 anos, que é aluna da mesma escola, e ainda pediu um boicote ao estabelecimento por “doutinação ideológica” e “negação da realidade”. (Benevides, 2023, p. 77)

Ou seja, essa adolescente sofreu os mais diversos tipos de violência apenas por utilizar o banheiro, sendo exposta por um homem adulto que possui poder e influência. Nada se fala da saúde mental dos jovens trans e travestis que são rodeados de discursos de ódio por serem quem são, como frutos da sociedade machista e patriarcal que ainda luta para excluir socialmente os sujeitos que estão fora do normativo.

A população trans é mais vulnerável à violência doméstica, violência física, moral e descaso social. Um dos grandes desafios é a utilização do nome social e banheiros públicos, casos como em Guarulhos onde uma aluna trans foi impedida de utilizar o banheiro feminino, sendo direcionada a um banheiro dos cadeirantes (Benevides, 2023). São violações como essas que levam a regressão de conquistas,

colocando essas pessoas em posição vexaminosa que podem afetar até a saúde mental, por isso é importante cautela ao divulgar casos na internet diante de transfobia visto que a mídia ocasionalmente divulga os nomes que não os sociais das vítimas, assim, expondo-as de maneira indevida.

Em 2016, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGBT), realizou um levantamento de dados e pesquisas com entrevistas a alunos de ensino médio e fundamental, a “Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil em 2016”, onde possuímos dados alarmantes sobre as mais diversas formas de violência sofridas em âmbito escolar, junto a depoimentos de alunos que fazem parte da comunidade LGBT. Um exemplo de como o ambiente escolar pode ser agressivo encontramos nesse depoimento que a pesquisa nos traz:

É uma situação complicada ser transexual e tentar concluir o ensino médio. Diariamente tenho que lidar não só com pessoas que acham que estou confuso ou é apenas uma fase e que estou errado em ser quem sou, mas também com pessoas que não compreendem o que significa «transexual». A escola não sabe o que fazer comigo, pois não possui regras sobre estudantes «transexuais», logo é desorganizada a questão do nome social, assim passo por muitos constrangimentos com a chamada e com a «carteirinha». Muitas vezes chego em casa chorando, pois fui constrangido, sofri preconceitos ou exclusão. Dói o meu peito ao pensar que se fosse cisgênero minha vida seria melhor, seria um menino branco de classe média alta, com notas boas e muitos amigos. (depoimento de estudante trans, 17 anos, Distrito Federal) (ABGLBT, 2016).

Diante disso, podemos observar as dificuldades de permanência em escolas quando se trata de pessoas transgênero, porque as violações de direitos e constrangimentos tornam-se constantes, isso quando não se tornam violência física de fato. Ser chamado pelo nome social é um direito. Poder utilizar o banheiro sem constrangimentos é um direito básico. A exclusão social de pessoas trans perpassa as barreiras sociais, sendo vítima de preconceitos independente da situação econômica.

Já Farias (2021), relata os resultados do Observatório de violência LGBT de Natal, onde os resultados mostram que 30% dos trans e travestis atendidos e acolhidos pelo Centro Municipal de Cidadania LGBT da cidade, não terminaram o ensino médio, ou seja, são dados de evasão escolar. Dados esses que podem ser maiores, visto que foram coletados durante o primeiro semestre de funcionamento da instituição.

Garantias como o nome social, que foi instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, por uma Resolução que traz direito e acesso ao judiciário (Brasil, 2016) outros dispositivos legais como cotas de vagas de emprego ou estágio para mulheres, transexuais, travestis e homens transexuais nas empresas privadas (PL 144/2021), e

Universidades públicas, direitos como esses que regem o nosso provimento na luta do reconhecimento e garantias para essas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou compreender os desafios que pessoas transgênero enfrentam no ambiente escolar, destacando a violação do direito básico à educação devido ao preconceito e à estrutura patriarcal e machista que impõe através de pequenas violências a cisnormatividade. A exclusão social dessas pessoas é um processo contínuo, e durante o período escolar, as violências se intensificam, impactando negativamente na formação e autoafirmação dessas identidades.

Os dados alarmantes refletem a persistência de uma sociedade que silencia e marginaliza essa parcela da população. A falta de políticas públicas eficazes para combater as violências institucionais, como a transfobia nas escolas, agrava a situação. O conceito de Bourdieu, que descreve a "biologização do social", evidencia como os padrões de gênero são naturalizados e qualquer desvio é hostilizado, resultando em várias formas de violência.

A evasão escolar entre pessoas trans no Brasil é uma questão urgente. Além das agressões nas instituições de ensino, a falta de acolhimento familiar intensifica a exclusão, levando muitos jovens à busca precoce pela independência, o que contribui diretamente para o abandono escolar. A ausência de Políticas Afirmativas voltadas para a inclusão dessa população agrava ainda mais essa realidade.

Por fim, o silêncio do Estado e da sociedade em relação à violação dos direitos das pessoas trans é outra forma de violência. A falta de ações concretas para reduzir as altas taxas de evasão escolar e o número alarmante de mortes por violência e suicídio coloca o Brasil como o país que mais mata pessoas trans no mundo. E as instituições escolares, que deveriam proteger e lutar pelos direitos de existência desses jovens marginalizados, atua como opressora contra essas existências.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Erika Barbosa de; THEOPHILO, Glaucia Lima de Magalhães. TRANSGÊNEROS: AINDA INCOMPREENSÍVEIS?. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 73–101, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.39490.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/39490>. Acesso em: 3 out. 2024.

AMORIM, A. C. P. S., DA SILVA ROCHA, T. & DINIZ, D. M. F. A. Evasão escolar de mulheres trans e travestis: Uma análise acerca da (in) existência de Políticas Públicas Educacionais. **Série Educar-Volume 9 Diversidade**, p. 34.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BLANC. V. AO IGNORAR DIFERENÇAS, ESCOLA EXCLUI ESTUDANTES TRANS. Porvir.Og: Porvir, 03 fev. 2022. Mensal.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

BUTLER, J. Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, J. P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CANONNE, L. A. R., Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 39(n.spe 3), 21-34. 39(n.spe 3), 21-34. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228487>

FARIAS, J. V. G. de. **População trans e educação: uma análise da evasão escolar de pessoas trans e travestis em Natal-RN**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder* Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FURTADO, R. N; CAMILO, J. A. O. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso. acessos em 29 abr. 2023. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.3.34-44>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientação sobre identidade de gênero: concepções e termos**. 2 ed. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional- EDA/FBN, 2012.

JUAZEIRO DO NORTE. Lei Ordinária 4853 2018. 2018.

LGBTQ Spacey. Glossário. LGBTQ Spacey, 2024. Disponível em: <https://lgbtqspacey.com/glossario/>. Acesso em: 3 out. 2024.

OAKLEY, A. (2016). Sexo e gênero. **Revista Feminismos**, 4(1), 64-71.

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SCOTT, J. W. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, nº. 3, Campinas-SP, 1994.

TORRES, M. A., SARAIVA, I. M. M., & GONZAGA, R. M.. (2020). Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento. *Revista Brasileira De Educação*, 25, e250049. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250049>

VEIGA-NETO, Alfredo; BRANCO, Guilherme C. Foucault: filosofia & política: Grupo Autêntica, 2011. E-book. ISBN 9788582170021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582170021/>. Acesso em: 29 abr. 2023.